

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – REGISTOS

REGISTO CIVIL

CÓDIGO DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 131/95, de 6 de junho	11
TÍTULO I Disposições gerais	15
CAPÍTULO I Objecto e valor do registo civil	15
CAPÍTULO II Órgãos do registo civil	18
CAPÍTULO III Regras de competência	18
CAPÍTULO IV Suportes dos actos e sua reconstituição	20
SECÇÃO I Suportes e reconstituição de actos e processos de registo	20
SECÇÃO II Arquivo de documentos	21
TÍTULO II Actos de registo	22
CAPÍTULO I Actos de registo em geral	22
SECÇÃO I Partes e outros intervenientes em actos de registo	22
SECÇÃO II Documentos para actos e processos de registo	24
SECÇÃO III Modalidades do registo	25
SUBSECÇÃO I Assentos	25
SUBSECÇÃO II Averbamentos	29
SECÇÃO IV Omissão de registo	34
SECÇÃO V Vícios do registo	35
SUBSECÇÃO I Inexistência jurídica do registo	35
SUBSECÇÃO II Nulidade do registo	36
SUBSECÇÃO III Cancelamento do registo	37
SUBSECÇÃO IV Rectificação de registo	38
CAPÍTULO II Actos de registo em especial	39
SECÇÃO I Nascimento	39
SUBSECÇÃO I Declaração de nascimento	39

SUBSECÇÃO II Registo de nascimento	41
SUBSECÇÃO III Registo de abandonados	45
SUBSECÇÃO IV Nascimento ocorrido em viagem	46
SECÇÃO II Filiação	47
SUBSECÇÃO I Menção de maternidade ou de paternidade	47
SUBSECÇÃO II Registo da declaração de maternidade	50
SUBSECÇÃO III Registo de perfilhação	51
SECÇÃO III Casamento	52
SUBSECÇÃO I Processo preliminar de casamento	52
SUBSECÇÃO II Certificado para casamento	57
SUBSECÇÃO III Consentimento para o casamento de menores	59
SUBSECÇÃO IV Celebração do casamento católico	59
SUBSECÇÃO V Celebração do casamento civil	60
SUBSECÇÃO VI Celebração do casamento civil urgente	61
SUBSECÇÃO VII Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal	63
SECÇÃO IV Registo de casamento	64
SUBSECÇÃO I Assento de casamento católico	64
SUBSECÇÃO II Assento de casamento católico celebrado por portugueses no estrangeiro	68
SUBSECÇÃO III Registo de casamento católico celebrado depois do casamento civil	69
SUBSECÇÃO IV Assento de casamento civil	69
SUBSECÇÃO V Assento de casamento civil urgente	70
SUBSECÇÃO VI Assento de casamento civil de portugueses no estrangeiro	70
SUBSECÇÃO VII Assento de casamento civil sob forma religiosa	72
SUBSECÇÃO VIII Efeitos do registo de casamento	73
SECÇÃO V Convenções antenupciais e alterações do regime de bens	73
SECÇÃO VI Óbito	74
SUBSECÇÃO I Declaração de óbito	74
SUBSECÇÃO II Registo de óbito	76
SUBSECÇÃO III Óbitos ocorridos em hospitais, cadeias e estabelecimentos equivalentes	77
SUBSECÇÃO IV Óbitos ocorridos em viagem ou por acidente	78
SUBSECÇÃO V Morte fetal	79
SUBSECÇÃO VI Comunicações obrigatórias	80
SUBSECÇÃO VII Procedimentos simplificados de sucessão hereditária	81
DIVISÃO I Disposições gerais	81
DIVISÃO II Habilitação de herdeiros	85
DIVISÃO III Partilha	86
TÍTULO III Publicidade, meios de prova e processos	87
CAPÍTULO I Publicidade e prova dos factos sujeitos a registo	87
SECÇÃO I Certidões	87

SECCÃO II Boletins	90
SECCÃO III Base de dados do registo civil	90
CAPÍTULO II Processos privativos do registo civil	91
SECCÃO I Disposições gerais	91
SECCÃO II Processos comuns	94
SUBSECCÃO I Processo de justificação judicial	94
SUBSECCÃO II Processo de justificação administrativa	96
SECCÃO III Processos especiais	97
SUBSECCÃO I Processo de impedimento do casamento	97
SUBSECCÃO II Processo de dispensa de impedimentos	99
SUBSECCÃO III Processo de suprimento de autorização para casamento de menores	99
SUBSECCÃO IV Processo de sanção da anulabilidade do casamento por falta de testemunhas	100
SUBSECCÃO V Processo de verificação de capacidade matrimonial de estrangeiros	100
SUBSECCÃO VI Processo de suprimento da certidão de registo	101
SUBSECCÃO VII Processo de divórcio e de separação de pessoas e bens por mútuo consentimento	102
SUBSECCÃO VII-A Processo de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo	105
SUBSECCÃO VIII Processo para afastamento da presunção de paternidade	106
SUBSECCÃO IX Processo de alteração do nome	106
SUBSECCÃO X Processo de autorização para inscrição tardia de nascimento	107
TÍTULO IV Disposições diversas	107
CAPÍTULO I Recursos do conservador	107
CAPÍTULO II Responsabilidade civil, penal e disciplinar	109
CAPÍTULO III Estatística	111
CAPÍTULO IV Emolumentos e demais encargos	111
CAPÍTULO V Disposições transitórias	111
CAPÍTULO VI Disposições finais	112
DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÉNERO E EXPRESSÃO DE GÉNERO E À PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DE CADA PESSOA	
Lei nº 38/2018, de 7 de agosto	113
CAPÍTULO I Disposições gerais	113
CAPÍTULO II Reconhecimento jurídico da identidade de género	114
CAPÍTULO III Medidas de proteção	116
CAPÍTULO IV Meios de defesa	117
CAPÍTULO V Disposições transitórias e finais	118

CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS CIVIS FORA DO HORÁRIO
DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E AOS SÁBADOS,
DOMINGOS E FERIADOS

Decreto-Lei nº 236/2001, de 30 de agosto 119

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DECISÓRIA
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO
E CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de outubro 121

CAPÍTULO I Objecto 122

CAPÍTULO II Da competência do Ministério Público 122

CAPÍTULO III Do procedimento perante o conservador do registo civil 124

SECÇÃO I Do procedimento tendente à formação de acordo das partes 124

SECÇÃO II Dos procedimentos da competência exclusiva
do conservador 126

CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias 128

LEI DA NACIONALIDADE

Lei nº 37/81, de 3 de outubro 131

TÍTULO I Atribuição, aquisição e perda da nacionalidade 131

CAPÍTULO I Atribuição da nacionalidade 131

CAPÍTULO II Aquisição da nacionalidade 132

SECÇÃO I Aquisição da nacionalidade por efeito da vontade 132

SECÇÃO II Aquisição da nacionalidade pela adoção 133

SECÇÃO III Aquisição da nacionalidade por naturalização 133

CAPÍTULO III Perda da nacionalidade 135

CAPÍTULO IV Oposição à aquisição da nacionalidade
por efeito da vontade 135

CAPÍTULO V Efeitos da atribuição, aquisição e perda da nacionalidade 136

CAPÍTULO VI Disposições gerais 137

TÍTULO II Registo, prova e contencioso da nacionalidade 139

CAPÍTULO I Registo central da nacionalidade 139

CAPÍTULO II Prova da nacionalidade 140

CAPÍTULO III Contencioso da nacionalidade 141

TÍTULO III Conflitos de leis sobre a nacionalidade 141

TÍTULO IV Disposições transitórias e finais 142

REGULAMENTO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de dezembro 145

TÍTULO I Da nacionalidade portuguesa 145

CAPÍTULO I Atribuição, aquisição, perda, nulidade
e consolidação da nacionalidade 145

SECÇÃO I Atribuição da nacionalidade 145

SUBSECÇÃO I Disposições comuns 145

SUBSECÇÃO II Nacionalidade originária por efeito da lei	146
SUBSECÇÃO III Nacionalidade originária por efeito da vontade	148
SECÇÃO II Aquisição da nacionalidade	151
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	151
SUBSECÇÃO II Aquisição da nacionalidade por efeito da vontade	151
SUBSECÇÃO III Aquisição da nacionalidade por efeito da adoção	152
SUBSECÇÃO IV Aquisição da nacionalidade por efeito da naturalização	153
SECÇÃO III Perda da nacionalidade	166
SECÇÃO IV Nulidade e consolidação da nacionalidade	166
TÍTULO II Disposições procedimentais comuns	167
CAPÍTULO I Procedimentos comuns à atribuição, aquisição e perda da nacionalidade	167
SECÇÃO I Declarações para fins de nacionalidade e postos de atendimento	167
SECÇÃO II Tramitação dos procedimentos	173
SECÇÃO III Encargos dos atos e certificados de nacionalidade	177
CAPÍTULO II Registo central da nacionalidade	178
TÍTULO III Oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade e contencioso da nacionalidade	180
CAPÍTULO I Oposição à aquisição da nacionalidade	180
CAPÍTULO II Contencioso da nacionalidade	183
TÍTULO IV Disposições transitórias	184
REGIME DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO	
Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro	187
CAPÍTULO I Cartão de cidadão	187
SECÇÃO I Disposições gerais	187
SECÇÃO II Descrição do cartão de cidadão	188
CAPÍTULO II Regras de competência e de procedimento	196
SECÇÃO I Competências	196
SECÇÃO II Procedimento	198
CAPÍTULO III Proteção de dados pessoais	203
CAPÍTULO IV Disposições sancionatórias	207
SECÇÃO I Contraordenações	207
SECÇÃO II Crimes	208
CAPÍTULO V Disposições transitórias e finais	209
SECÇÃO I Atribuição do cartão de cidadão	209
SECÇÃO II Primeiro pedido de cartão de cidadão	210
PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA E DE PARTILHA DO PATRIMÓNIO CONJUGAL	
Portaria nº 1594/2007, de 17 de dezembro	215
SECÇÃO I Procedimentos simplificados de sucessão hereditária	216
SECÇÃO II Procedimento de partilha do património conjugal	217

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO III Assinatura, apresentação, certidão permanente e arquivo	218
SECÇÃO IV Disposições finais e transitórias	220
PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS E DE PROCESSOS DE REGISTO CIVIL	
Portaria nº 654/2009, de 17 de junho	223
SUPORTE INFORMÁTICO E PROCEDIMENTO DE RECONSTITUIÇÃO PARA ATOS E PROCESSOS DE REGISTO CIVIL	
Portaria nº 1109/2009, de 25 de setembro	229
CERTIDÃO <i>ONLINE</i> DE REGISTO CIVIL	
Portaria nº 181/2017, de 31 de maio	233
REGISTO PREDIAL	
CÓDIGO DO REGISTO PREDIAL	
Decreto-Lei nº 224/84, de 6 de julho	239
TÍTULO I Da natureza e valor do registro	243
CAPÍTULO I Objeto e efeitos do registro	243
SECÇÃO I Disposições fundamentais	243
SECÇÃO II Cessação dos efeitos do registro	249
CAPÍTULO II Vícios do registro	250
TÍTULO II Da organização do registro	251
CAPÍTULO I Competência territorial	251
CAPÍTULO II Suportes documentais e arquivo	252
CAPÍTULO III Referências matriciais e toponímicas	253
SECÇÃO I Conjugação do registro, das matrizes prediais e dos títulos	253
SECÇÃO II Alterações toponímicas	256
CAPÍTULO IV Baldios e bens imóveis do domínio público	256
TÍTULO III Do processo de registro	257
CAPÍTULO I Pressupostos	257
SECÇÃO I Inscrição prévia e continuidade das inscrições	257
SECÇÃO II Legitimidade e representação	258
CAPÍTULO II Pedido de registro	259
CAPÍTULO III Documentos	261
SECÇÃO I Disposições gerais	261
SECÇÃO II Casos especiais	263
CAPÍTULO IV Apresentação	267
CAPÍTULO V Qualificação do pedido de registro	270
TÍTULO IV Dos atos de registro	272
CAPÍTULO I Disposições gerais	272

CAPÍTULO II	Descrições, averbamentos e anotações	274
SECÇÃO I	Descrições	274
SECÇÃO II	Averbamentos à descrição	277
SECÇÃO III	Anotações especiais à descrição	278
CAPÍTULO III	Inscrição e seus averbamentos	279
SECÇÃO I	Inscrição	279
SECÇÃO II	Averbamentos à inscrição	285
TÍTULO V	Da publicidade e da prova do registo	287
CAPÍTULO I	Publicidade	287
CAPÍTULO II	Proteção de dados pessoais	288
SECÇÃO I	Bases de dados	288
SECÇÃO II	Comunicação e acesso aos dados	289
CAPÍTULO III	Meios de prova	291
TÍTULO VI	Do suprimento, da retificação e da reconstituição do registo	293
CAPÍTULO I	Meios de suprimento	293
CAPÍTULO II	Da retificação do registo	299
CAPÍTULO III	Reconstituição do registo	304
TÍTULO VII	Da impugnação das decisões do conservador	306
TÍTULO VIII	Disposições diversas	310
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS		
Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de julho		313
CAPÍTULO I	Procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis	315
SECÇÃO I	Procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de imóveis	315
SECÇÃO II	Procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis com marcação prévia	320
CAPÍTULO II	Direito de preferência	321
CAPÍTULO III	Alterações legislativas	322
CAPÍTULO IV	Disposições finais	323
SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA		
Lei nº 78/2017, de 17 de agosto		327
CAPÍTULO I	Disposições gerais	327
CAPÍTULO II	Sistema de informação cadastral simplificado	328
SECÇÃO I	Procedimento de representação gráfica georreferenciada	328
SECÇÃO II	Procedimento especial de registo de prédio rústico e misto	333
SECÇÃO III	Disposições comuns	334
SECÇÃO IV	Procedimento de identificação, inscrição e registo de prédio sem dono conhecido	336

CAPÍTULO III Balcão Único do Prédio	336
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	337
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS – REGULAMENTAÇÃO	
Portaria nº 794-B/2007, de 23 de julho	341
CAPÍTULO I Regulamentação dos procedimentos especiais de aquisição, oneração e registo de imóveis	342
SECÇÃO I Disposição geral	342
SECÇÃO II Marcação prévia do procedimento especial de aquisição, oneração e registo de imóveis	342
SECÇÃO III Certidão <i>online</i> do registo predial	343
SECÇÃO IV Manifestação da intenção de exercer o direito legal de preferência	343
SECÇÃO V Período experimental dos procedimentos especiais de aquisição, oneração e registo de imóveis	344
CAPÍTULO II Disposições finais e transitórias	345
REGULAMENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE REGISTO PREDIAL	
Portaria nº 621/2008, de 18 de julho	347
CAPÍTULO I Disposição geral	348
CAPÍTULO II Pedido de registo predial	348
CAPÍTULO III Publicações electrónicas em processos de justificação e rectificação	351
CAPÍTULO IV Publicações electrónicas obrigatórias de registo comercial	352
CAPÍTULO V Disposição final	352
REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO MATRICIAL E REGISTRAL DOS BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO DOMÍNIO PRIVADO DO ESTADO E DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	
Decreto-Lei nº 51/2017, de 25 de maio	353
CAPÍTULO I Disposições gerais	355
CAPÍTULO II Procedimento extraordinário de registo de bens imóveis	356
CAPÍTULO III Procedimento extraordinário de regularização da situação jurídico-registral de bens imóveis	359
CAPÍTULO IV Disposições complementares e finais	362
TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE CERTIDÕES, FOTOCÓPIAS, INFORMAÇÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO PREDIAL	
Portaria nº 622/2008, de 18 de julho	365

CERTIDÃO PERMANENTE DO REGISTO PREDIAL Portaria nº 1513/2008, de 23 de dezembro	369
COMPETÊNCIA DOS SERVIÇOS QUE DISPONIBILIZEM ATENDIMENTO PRESENCIAL ÚNICO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO IMEDIATO DE IMÓVEIS Portaria nº 1534/2008, de 30 de dezembro	373
DEPÓSITO ELETRÓNICO DE DOCUMENTOS PARTICULARES AUTENTICADOS E PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 1535/2008, de 30 de dezembro	375
CAPÍTULO I Disposições gerais	377
CAPÍTULO II Depósito electrónico de documento particular autenticado	378
CAPÍTULO III Promoção de actos de registo predial <i>online</i>	384
CAPÍTULO IV Disposições finais	386
DISPONIBILIZAÇÃO <i>ONLINE</i> DE INFORMAÇÃO PREDIAL SIMPLIFICADA Portaria nº 54/2011, de 28 de janeiro	389
REGISTO COMERCIAL	
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL	
Decreto-Lei nº 403/86, de 3 de dezembro	395
CAPÍTULO I Objecto, efeitos e vícios do registo	399
CAPÍTULO II Competência para o registo	408
CAPÍTULO III Processo de registo	409
CAPÍTULO IV Actos de registo	420
CAPÍTULO V Publicidade e prova do registo	432
SECÇÃO I Publicidade	432
SECÇÃO II Meios de prova	434
SECÇÃO III Bases de dados do registo comercial	436
CAPÍTULO VI Suprimento, rectificação e reconstituição do registo	439
CAPÍTULO VII Impugnação de decisões	445
CAPÍTULO VIII Outros actos	449
CAPÍTULO IX Disposições diversas	450
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL	
Portaria nº 657-A/2006, de 29 de junho	451
CAPÍTULO I Suporte e processo de registo	453
SECÇÃO I Suportes de registo	453

SECÇÃO II Processo de registo	454
CAPÍTULO II Menções dos registos	456
SECÇÃO I Registos por transcrição	456
SECÇÃO II Registos por depósito	461
CAPÍTULO III Disposições finais	463
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES	
Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de julho	465
CAPÍTULO I Regime especial de constituição imediata de sociedades	466
CAPÍTULO II Alterações legislativas	473
CAPÍTULO III Postos de atendimento e informação obrigatória	474
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	475
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ONLINE DE SOCIEDADES	
Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de junho	477
CAPÍTULO I Regime especial de constituição <i>on-line</i> de sociedades	478
CAPÍTULO II Alterações legislativas	485
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	485
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ONLINE DE SOCIEDADES	
Portaria nº 155/2024/1, de 24 de maio	487
CAPÍTULO I Disposição Geral	489
CAPÍTULO II Procedimento de constituição <i>online</i> de sociedades comerciais e civis sob a forma comercial do tipo por quotas e anónima	489
CAPÍTULO III Página eletrónica da entidade	493
CAPÍTULO IV Alterações regulamentares	495
CAPÍTULO V Disposições finais	495
REGIME ESPECIAL DE CRIAÇÃO IMEDIATA DE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES EM PORTUGAL DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS	
Decreto-Lei nº 73/2008, de 16 de abril	497
CAPÍTULO I Regime especial de criação imediata de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras	499
CAPÍTULO II Alterações legislativas	502
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	502
REGIME DE REGISTO ONLINE DE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES DE SOCIEDADES COM SEDE NO ESTRANGEIRO	
Decreto-Lei nº 109-D/2021, de 9 de dezembro	503
CAPÍTULO I Disposição geral	504

CAPÍTULO II Regime de registo <i>online</i> de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro	505
CAPÍTULO III Alterações legislativas	507
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	507
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS	
Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março	509
SECÇÃO I Disposições gerais	509
SECÇÃO II Procedimento administrativo de dissolução	510
SECÇÃO III Procedimento administrativo de liquidação	516
SECÇÃO IV Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais	522
PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL	
Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de dezembro	525
CAPÍTULO I Registos <i>online</i> e certidão permanente	526
SECÇÃO I Disposições gerais	526
SECÇÃO II Promoção de actos de registo comercial <i>online</i>	527
SECÇÃO III Depósito da prestação de contas	531
SECÇÃO IV Certidão permanente	534
CAPÍTULO II Alteração à tabela de honorários e encargos notariais e ao Regulamento do Registo Comercial	535
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	536
CERTIDÃO PERMANENTE DE REGISTOS E DOCUMENTOS E CERTIDÃO PERMANENTE DE PACTO SOCIAL ATUALIZADO	
Portaria nº 285/2012, de 20 de setembro	537
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM SÍTIO DA INTERNET	
Portaria nº 590-A/2005, de 14 de julho	541
CARTÃO DA EMPRESA, CARTÃO DE PESSOA COLETIVA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS	
Decreto-Lei nº 247-B/2008, de 30 de dezembro	545
CAPÍTULO I Disposição geral	547
CAPÍTULO II Cartão da empresa e cartão de pessoa colectiva	548
SECÇÃO I Descrição do cartão da empresa e do cartão de pessoa colectiva	548
SECÇÃO II Competência e procedimento	549
SECÇÃO III Cartão electrónico da empresa ou da pessoa colectiva	552
CAPÍTULO III SICAE	552
SECÇÃO I Definição, conteúdo e eficácia	552

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO II Competência e procedimento	553
SECÇÃO III Acesso à informação constante do SICAE	554
CAPÍTULO IV Alterações legislativas	554
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	555

REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS

REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS

Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de maio	561
TÍTULO I Disposições gerais	567
TÍTULO II Ficheiro central de pessoas colectivas	568
CAPÍTULO I Âmbito e forma de inscrição	568
CAPÍTULO II Número e cartão de identificação	572
CAPÍTULO III Base de dados do ficheiro central de pessoas colectivas	573
TÍTULO III Admissibilidade de firmas e denominações	577
CAPÍTULO I Princípios gerais	577
CAPÍTULO II Regras especiais	579
CAPÍTULO III Procedimento	581
CAPÍTULO IV Vicissitudes	587
TÍTULO IV Impugnação de decisões	588
CAPÍTULO I Recurso Hierárquico e Impugnação judicial	588
CAPÍTULO II Tribunal arbitral	591
TÍTULO V Sanções	592
TÍTULO VI Registo Nacional de Pessoas Colectivas	593
CAPÍTULO I Competência e direcção	593
CAPÍTULO II Pessoal	595
CAPÍTULO III Funcionamento	596

REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

Lei nº 89/2017, de 21 de agosto	599
CAPÍTULO I Disposições gerais	605
CAPÍTULO II Declaração do beneficiário efetivo	607
CAPÍTULO III Procedimento	613
CAPÍTULO IV Acesso	614
CAPÍTULO V Retificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo	616
CAPÍTULO VI Proteção de dados, conservação de registos e dados estatísticos	617
CAPÍTULO VII Fiscalização e sanções	620
CAPÍTULO VIII Disposição final	621

REGIME DO REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS RELIGIOSAS

Decreto-Lei nº 134/2003, de 28 de junho	623
CAPÍTULO I Objecto e âmbito pessoal do registo	624

CAPÍTULO II Requisitos e formalidades de inscrição	625
CAPÍTULO III Actos de registo	627
CAPÍTULO IV Identificação	628
CAPÍTULO V Denominações	628
CAPÍTULO VI Protecção e comunicação dos dados	629
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	629
REGISTO DE PESSOAS JURÍDICAS CANÓNICAS	
Decreto-Lei nº 19/2015, de 3 de fevereiro	631
CAPÍTULO I Disposições gerais	631
CAPÍTULO II Requisitos e formalidades de inscrição no registo	632
CAPÍTULO III Atos de registo	634
CAPÍTULO IV Identificação e denominação	634
CAPÍTULO V Protecção e comunicação dos dados	635
CAPÍTULO VI Disposições complementares, transitórias e finais	636
REGISTO AUTOMÓVEL	
DOCUMENTO ÚNICO AUTOMÓVEL	
Decreto-Lei nº 178-A/2005, de 28 de outubro	641
CAPÍTULO I Disposições gerais	642
CAPÍTULO II Certificado de matrícula	643
CAPÍTULO III Competência e procedimento para actos relativos a veículos	644
CAPÍTULO IV Alteração à legislação do registo de automóveis	645
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	646
ANEXO	649
REGISTO DA PROPRIEDADE AUTOMÓVEL	
Decreto-Lei nº 54/75, de 12 de fevereiro	663
REGULAMENTO DO REGISTO DE AUTOMÓVEIS	
Decreto nº 55/75, de 12 de fevereiro	677
CAPÍTULO I Livros, verbetes e arquivo	677
SECÇÃO I Livros e verbetes	677
SECÇÃO II Arquivos	678
CAPÍTULO II Atos de registo em geral	679
SECÇÃO I Requerentes	679
SECÇÃO II Requerimentos	679
SECÇÃO III Títulos de registo	680
SECÇÃO IV Documentos	681
CAPÍTULO III Atos de registo	684
SECÇÃO I Apresentações	684

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO II Registos	686
CAPÍTULO IV Notas de registo	689
CAPÍTULO V Recusa do registo	689
CAPÍTULO VI Publicidade do registo	690
SECÇÃO I Certidões e documentos análogos	690
SECÇÃO II Informações	691
SECÇÃO III Comunicações obrigatórias	691
SECÇÃO IV Disposições diversas	691
PROMOÇÃO <i>ONLINE</i> DE ATOS DE REGISTO DE VEÍCULOS	
Portaria nº 99/2008, de 31 de janeiro	693
CAPÍTULO I Disposição geral	695
CAPÍTULO II Promoção <i>online</i> de actos de registo de veículos e certidão <i>online</i> de registo de veículos	695
SECÇÃO I Sítio da Internet	695
SECÇÃO II Promoção <i>online</i> de actos de registo de veículos	696
SECÇÃO III Certidão <i>online</i> de registo de veículos	698
CAPÍTULO III Promoção de actos de registo por entidades que tenham por actividade principal a compra de veículos para revenda	699
CAPÍTULO IV Promoção de actos de registo de veículos pelo vendedor com grande regularidade	701
CAPÍTULO V Registos promovidos por agentes de execução	702
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	703
REGISTO DE NAVIOS	
REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS	
Decreto-Lei nº 42644, de 14 de novembro de 1959	707
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS	
Decreto nº 42645, de 14 de novembro de 1959	711
REGISTO INTERNACIONAL DE NAVIOS DA MADEIRA (MAR)	
Decreto-Lei nº 96/89, de 28 de março	717
CAPÍTULO I Natureza, atribuições e competências	717
CAPÍTULO II Exercício da atividade	720
CAPÍTULO III Compra, venda e registo de navios	721
CAPÍTULO IV Tripulações e lotações	729
CAPÍTULO V Regime fiscal	730
CAPÍTULO VI Disposições transitórias e finais	732

II – NOTARIADO

CÓDIGO DO NOTARIADO

Decreto-Lei nº 207/95, de 14 de agosto	735
TÍTULO I Da organização dos serviços notariais	743
CAPÍTULO I Disposições gerais	743
CAPÍTULO II Competência funcional	744
SECÇÃO I Atribuições dos notários	744
SECÇÃO II Impedimentos	744
CAPÍTULO III Livros, índices e arquivos	745
SECÇÃO I Livros	745
SECÇÃO II Índices	749
SECÇÃO III Arquivos	750
SECÇÃO IV Disposições comuns	752
TÍTULO II Dos actos notariais	753
CAPÍTULO I Disposições gerais	753
SECÇÃO I Documentos e execução dos actos notariais	753
SECÇÃO II Requisitos dos instrumentos notariais	757
SUBSECÇÃO I Requisitos gerais	758
SUBSECÇÃO II Requisitos especiais	761
SUBSECÇÃO III Intervenientes acidentais	765
SECÇÃO III Nulidades e revalidação dos actos notariais	767
SUBSECÇÃO I Nulidades	767
SUBSECÇÃO II Revalidação	769
CAPÍTULO II Actos notariais em especial	771
SECÇÃO I Escrituras públicas em geral	771
SECÇÃO II Escrituras especiais	772
SUBSECÇÃO I Habilitação notarial	772
SUBSECÇÃO II Justificações Notariais	773
SUBSECÇÃO III Escrituras diversas	777
SECÇÃO III Instrumentos públicos avulsos	778
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	778
SUBSECÇÃO II Aprovação de testamentos cerrados	778
SUBSECÇÃO III Depósito de testamentos e sua restituição	779
SUBSECÇÃO IV Abertura de testamentos cerrados	
e de testamentos internacionais	780
SUBSECÇÃO V Procurações, substabelecimentos	
e consentimento conjugal	781
SUBSECÇÃO VI Protestos	782
SECÇÃO IV Averbamentos	786
SECÇÃO V Registos	789
SECÇÃO VI Abertura de sinal	791
SECÇÃO VII Autenticação de documentos particulares	791
SECÇÃO VIII Reconhecimentos	792

SECÇÃO IX Certificados, certidões e documentos análogos	794
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	794
SUBSECÇÃO II Certificados	795
SUBSECÇÃO III Certidões e públicas-formas	797
SUBSECÇÃO IV Traduções	800
TÍTULO III Das recusas e recursos	800
CAPÍTULO I Recusas	800
CAPÍTULO II Recursos	801
TÍTULO IV Disposições diversas	802
CAPÍTULO I Responsabilidade dos funcionários notariais	802
CAPÍTULO II Estatística e participação de actos	803
CAPÍTULO III Encargos dos actos notariais	805
CAPÍTULO IV Disposições finais	809
ESTATUTO DO NOTARIADO	
Decreto-Lei nº 26/2004, de 4 de fevereiro	811
CAPÍTULO I Disposições gerais	811
SECÇÃO I Notário e função notarial	811
SECÇÃO II Princípios da atividade notarial	816
SECÇÃO III Retribuição do notário	818
SECÇÃO IV Horário dos cartórios notariais	819
CAPÍTULO II Direitos e deveres do notário	819
CAPÍTULO III Acesso à função notarial e atribuição do título de notário	821
SECÇÃO I Requisitos gerais de acesso	821
SECÇÃO II Estágio	821
SECÇÃO III Concurso	825
SECÇÃO IV Atribuição do título de notário	826
CAPÍTULO IV Concurso para atribuição de licença	826
CAPÍTULO V Instalação do cartório notarial e posse dos notários	827
CAPÍTULO VI Reconhecimento de qualificações profissionais	828
CAPÍTULO VII Cessação da atividade notarial e seus efeitos	830
SECÇÃO I Cessação de atividade e readmissão	830
SECÇÃO II Efeitos da cessação de atividade	831
CAPÍTULO VIII Conselho do Notariado	832
CAPÍTULO IX Fiscalização	834
CAPÍTULO X Disciplina	835
SECÇÃO I Disposições gerais	835
SECÇÃO II Do exercício da ação disciplinar	838
SECÇÃO III Das sanções disciplinares	840
SECÇÃO IV Do processo	846
SECÇÃO V Das garantias	849
CAPÍTULO XI Regime transitório	852
SECÇÃO I Período de transição	852

SECÇÃO II Dos notários	853
SECÇÃO III Dos oficiais do notariado	853
SECÇÃO IV Quadros de pessoal paralelos	854
SECÇÃO V Proteção social	855
SECÇÃO VI Licença e processo de transformação dos cartórios	857
SECÇÃO VII Posse	858
SECÇÃO VIII Disposições finais	859
AUTORIZAÇÃO PELO NOTÁRIO PARA PRÁTICA DE DETERMINADOS ATOS PELOS SEUS TRABALHADORES	
Portaria nº 55/2011, de 28 de janeiro	861
TABELA DE HONORÁRIOS E ENCARGOS NOTARIAIS	
Portaria nº 385/2004, de 16 de abril	865
CAPÍTULO I Regras de interpretação	869
CAPÍTULO II Regras de aplicação	870
CAPÍTULO III Tabela de honorários	871
CAPÍTULO IV Disposições finais	873
PEDIDO <i>ONLINE</i> DE CERTIDÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE TESTAMENTOS	
Portaria nº 182/2017, de 31 de maio	875
III – NORMAS COMUNS AOS SERVIÇOS DOS REGISTOS E NOTARIADO	
REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO	
Decreto-Lei nº 322-A/2001, de 14 de dezembro	881
CAPÍTULO I Princípios e normas gerais de interpretação	889
CAPÍTULO II	890
SECÇÃO I Normas gerais de aplicação	890
SECÇÃO II Actos de registo civil e da nacionalidade	891
SECÇÃO III Actos notariais	893
SECÇÃO IV Actos de registo predial	894
SECÇÃO V Actos de registo comercial	895
SECÇÃO VI Actos de registo de navios	896
SECÇÃO VII Actos de Registo Nacional de Pessoas Colectivas	897
SECÇÃO VIII Actos de Registo de Automóveis	897
SECÇÃO IX Actos de identificação civil	898
CAPÍTULO III Tabelamento dos actos	898

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO I Registo civil e nacionalidade	898
SECÇÃO II Notariado	904
SECÇÃO III Registo predial	906
SECÇÃO IV Registo comercial	909
SECÇÃO V Registo Nacional de Pessoas Colectivas	912
SECÇÃO VI Registo de navios	914
SECÇÃO VII Registo de automóveis	915
SECÇÃO VIII Identificação civil	917
SECÇÃO IX Emolumentos diversos	918
SECÇÃO X Isenções ou reduções emolumentares	922
REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
Lei nº 23/2013, de 5 de março	927
REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL	
Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	931
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	931
REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSAMENTO DOS ATOS E DOS TERMOS DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
Portaria nº 278/2013, de 26 de agosto	939
CAPÍTULO I Disposição geral	939
CAPÍTULO II Apresentação de peças processuais e documentos	941
CAPÍTULO III Citações, notificações, tramitação eletrónica e consulta do processo	943
CAPÍTULO IV Custas do processo de inventário	945
SECÇÃO I Custas e dispensa	945
SECÇÃO II Honorários	947
SECÇÃO III Despesas	951
SECÇÃO IV Nota final e custas de parte	952
CAPÍTULO V Encerramento do processo	955
CAPÍTULO VI Apoio judiciário	955
SECÇÃO I Pedidos	955
SECÇÃO II Honorários notariais	956
SECÇÃO III Despesas	957
SECÇÃO IV Aquisição de meios económicos suficientes em virtude da decisão de partilha	960
CAPÍTULO VII Disposições finais	961
ANEXO I Honorários devidos pelo processo de inventário	962
ANEXO II Honorários devidos pelos incidentes	962
ANEXO III Requerimento de Inventário	963

TRANSMISSÃO E RECEÇÃO POR TELECÓPIA E POR VIA ELETRÓNICA DE DOCUMENTOS COM VALOR DE CERTIDÃO Decreto-Lei nº 66/2005, de 15 de março	969
INSTRUÇÃO DE ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS POR FOTOCÓPIAS Decreto-Lei nº 30/2000, de 13 de março	977
PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS DE REGISTOS Portaria nº 547/2009, de 25 de maio	979
ACESSOS ELETRÓNICOS COM VALOR DE CERTIDÃO Portaria nº 696/2009, de 30 de junho	987
MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE ATOS E PROCEDIMENTOS REGISTRAIS E NOTARIAIS Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março	991
CAPÍTULO I Disposição geral	991
CAPÍTULO II Alterações legislativas	992
CAPÍTULO III Reconhecimentos de assinaturas e autenticação e tradução de documentos	992
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	993
SECÇÃO I Disposições finais	993
SECÇÃO II Disposições transitórias	994
SUBSECÇÃO I Competência territorial	994
SUBSECÇÃO II Suportes de registo	997
SUBSECÇÃO III Prazos no Código do Registo Comercial	998
SUBSECÇÃO IV Procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais	998
SUBSECÇÃO V Sociedades em processo de privatização	999
SECÇÃO III Revogações, aplicação no tempo e entrada em vigor	1000

SUMÁRIO

I – REGISTOS

REGISTO CIVIL

CÓDIGO DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 131/95, de 6 de junho 11

DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÉNERO E EXPRESSÃO DE GÉNERO E À PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DE CADA PESSOA

Lei nº 38/2018, de 7 de agosto 113

CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS CIVIS FORA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS

Decreto-Lei nº 236/2001, de 30 de agosto 119

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DECISÓRIA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO E CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de outubro 121

LEI DA NACIONALIDADE

Lei nº 37/81, de 3 de outubro 131

REGULAMENTO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de dezembro 145

SUMÁRIO

REGIME DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro	187
PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA E DE PARTILHA DO PATRIMÓNIO CONJUGAL Portaria nº 1594/2007, de 17 de dezembro	215
PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS E DE PROCESSOS DE REGISTO CIVIL Portaria nº 654/2009, de 17 de junho	223
SUPORTE INFORMÁTICO E PROCEDIMENTO DE RECONSTITUIÇÃO PARA ATOS E PROCESSOS DE REGISTO CIVIL Portaria nº 1109/2009, de 25 de setembro	229
CERTIDÃO <i>ONLINE</i> DE REGISTO CIVIL Portaria nº 181/2017, de 31 de maio	233
REGISTO PREDIAL	
CÓDIGO DO REGISTO PREDIAL Decreto-Lei nº 224/84, de 6 de julho	239
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de julho	313
SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA Lei nº 78/2017, de 17 de agosto	327
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS – REGULAMENTAÇÃO Portaria nº 794-B/2007, de 23 de julho	341
REGULAMENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 621/2008, de 18 de julho	347
REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO MATRICIAL E REGISTRAL DOS BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO DOMÍNIO PRIVADO DO ESTADO E DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS Decreto-Lei nº 51/2017, de 25 de maio	353

TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE CERTIDÕES, FOTOCÓPIAS, INFORMAÇÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 622/2008, de 18 de julho	365
CERTIDÃO PERMANENTE DO REGISTO PREDIAL Portaria nº 1513/2008, de 23 de dezembro	369
COMPETÊNCIA DOS SERVIÇOS QUE DISPONIBILIZEM ATENDIMENTO PRESENCIAL ÚNICO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO IMEDIATO DE IMÓVEIS Portaria nº 1534/2008, de 30 de dezembro	373
DEPÓSITO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS PARTICULARES AUTENTICADOS E PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 1535/2008, de 30 de dezembro	375
DISPONIBILIZAÇÃO <i>ONLINE</i> DE INFORMAÇÃO PREDIAL SIMPLIFICADA Portaria nº 54/2011, de 28 de janeiro	389
REGISTO COMERCIAL	
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL Decreto-Lei nº 403/86, de 3 de dezembro	395
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL Portaria nº 657-A/2006, de 29 de junho	451
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de julho	465
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO <i>ONLINE</i> DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de junho	477
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO <i>ONLINE</i> DE SOCIEDADES Portaria nº 155/2024/1, de 24 de maio	487

SUMÁRIO

REGIME ESPECIAL DE CRIAÇÃO IMEDIATA DE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES EM PORTUGAL DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS Decreto-Lei nº 73/2008, de 16 de abril	497
REGIME DE REGISTO <i>ONLINE</i> DE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES DE SOCIEDADES COM SEDE NO ESTRANGEIRO Decreto-Lei nº 109-D/2021, de 9 de dezembro	503
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março	509
PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de dezembro	525
CERTIDÃO PERMANENTE DE REGISTOS E DOCUMENTOS E CERTIDÃO PERMANENTE DE PACTO SOCIAL ATUALIZADO Portaria nº 285/2012, de 20 de setembro	537
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM SÍTIO DA INTERNET Portaria nº 590-A/2005, de 14 de julho	541
CARTÃO DA EMPRESA, CARTÃO DE PESSOA COLETIVA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS Decreto-Lei nº 247-B/2008, de 30 de dezembro	545
REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS	
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de maio	561
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO Lei nº 89/2017, de 21 de agosto	599
REGIME DO REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS RELIGIOSAS Decreto-Lei nº 134/2003, de 28 de junho	623

REGISTO DE PESSOAS JURÍDICAS CANÓNICAS Decreto-Lei nº 19/2015, de 3 de fevereiro	631
REGISTO AUTOMÓVEL	
DOCUMENTO ÚNICO AUTOMÓVEL Decreto-Lei nº 178-A/2005, de 28 de outubro	641
REGISTO DA PROPRIEDADE AUTOMÓVEL Decreto-Lei nº 54/75, de 12 de fevereiro	663
REGULAMENTO DO REGISTO DE AUTOMÓVEIS Decreto nº 55/75, de 12 de fevereiro	677
PROMOÇÃO <i>ONLINE</i> DE ATOS DE REGISTO DE VEÍCULOS Portaria nº 99/2008, de 31 de janeiro	693
REGISTO DE NAVIOS	
REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS Decreto-Lei nº 42644, de 14 de novembro de 1959	707
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS Decreto nº 42645, de 14 de novembro de 1959	711
REGISTO INTERNACIONAL DE NAVIOS DA MADEIRA (MAR) Decreto-Lei nº 96/89, de 28 de março	717
II – NOTARIADO	
CÓDIGO DO NOTARIADO Decreto-Lei nº 207/95, de 14 de agosto	735
ESTATUTO DO NOTARIADO Decreto-Lei nº 26/2004, de 4 de fevereiro	811
AUTORIZAÇÃO PELO NOTÁRIO PARA PRÁTICA DE DETERMINADOS ATOS PELOS SEUS TRABALHADORES Portaria nº 55/2011, de 28 de janeiro	861

SUMÁRIO

TABELA DE HONORÁRIOS E ENCARGOS NOTARIAIS Portaria nº 385/2004, de 16 de abril	865
PEDIDO <i>ONLINE</i> DE CERTIDÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE TESTAMENTOS Portaria nº 182/2017, de 31 de maio	875
III – NORMAS COMUNS AOS SERVIÇOS DOS REGISTOS E NOTARIADO	
REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO Decreto-Lei nº 322-A/2001, de 14 de dezembro	881
REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO Lei nº 23/2013, de 5 de março	927
REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	931
REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSAMENTO DOS ATOS E DOS TERMOS DO PROCESSO DE INVENTÁRIO Portaria nº 278/2013, de 26 de agosto	939
TRANSMISSÃO E RECEÇÃO POR TELECÓPIA E POR VIA ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS COM VALOR DE CERTIDÃO Decreto-Lei nº 66/2005, de 15 de março	969
INSTRUÇÃO DE ATOS NOTARIAIS E REGISTRARIS POR FOTOCÓPIAS Decreto-Lei nº 30/2000, de 13 de março	977
PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS DE REGISTOS Portaria nº 547/2009, de 25 de maio	979
ACESSOS ELETRÔNICOS COM VALOR DE CERTIDÃO Portaria nº 696/2009, de 30 de junho	987
MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE ATOS E PROCEDIMENTOS REGISTRARIS E NOTARIAIS Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março	991
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO REGISTO CIVIL	1003
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO REGISTO PREDIAL	1013
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL	1023
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO NOTARIADO	1027
ÍNDICE-SUMÁRIO	1033
SUMÁRIO	1053

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

[LEGISLAÇÃO](#) [CÓDIGOS](#) [JURISPRUDÊNCIA](#) [FORMULÁRIOS](#) [EUR-LEX](#) [DICIONÁRIO](#) [FÓRUM JURÍDICO](#)

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

